



# ÍNDICE DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO FLORESTAL - IAIF

## PROCESSO DE MELHORIA DO CLIMA DE NEGÓCIOS PARA INVESTIMENTOS NO SETOR FLORESTAL - PROMECIF

# IAIF E PROMECIF

- ▶ O BID → STCP Engenharia de Projetos Ltda → um estudo sobre a Investimentos Diretos em Negocios Florestais Sustentáveis → o objetivo:
  - de desenvolver instrumentos que mostrem aos governos e aos investidores quais são os fatores que afetam, levam ao êxito, e atraem os investimentos privados diretos ao setor florestal; e como ajustá-los para tornar um país mais atrativo do ponto de vista dos investidores.
- ▶ Os produtos principais que resultaram deste estudo → o Índice de Atração de Investimentos Florestais (IAIF) e um Processo de Melhoria do Clima de Negocios para Investimentos no Setor Florestal (PROMECIF).

# CONCEITO DE CLIMA DE NEGÓCIOS

## Custos resultantes:

- de regulações desnecessárias,
  - procedimentos administrativos,
  - fatores estruturais que impactam os custos operacionais e as decisões de inversão das empresas.
- ▶ Regulação: trabalhista, fiscal, de saúde e de seguridade social, regime comercial, etc.
  - ▶ Administrativo: registro de propriedade, trâmites para estabelecer uma empresa, cobrança de impostos, procedimentos aduaneiros, etc.
  - ▶ Estrutural: informações relacionadas com a qualidade do crédito, qualidade do produto e custos financeiros, etc.

# CONCEITO DE IAIF

O **Índice de Atração de Investimentos Florestais (IAIF)** tem como objetivo geral medir a atração do setor florestal dos países aos investimentos diretos.

O IAIF:

(i) permite comparar o desempenho dos países em um mesmo ano e a evolução para um país através do tempo;

(ii) ajuda aos investidores a pré-identificar os países com maiores probabilidades de que os ID no setor florestal serão exitosas; e

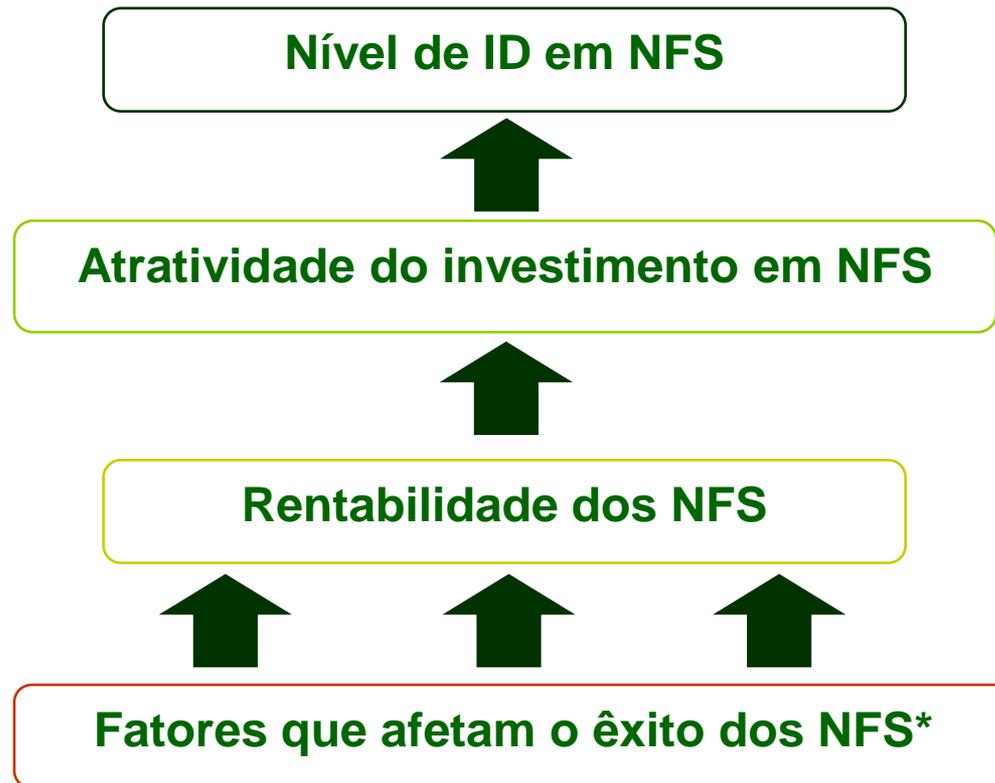
(iii) mostram aos países os fatores SUPRA, INTER e INTRA setoriais que afetam o clima para os negócios florestais sustentáveis, facilitando o desenho de estratégias e ações que atraiam os ID até o setor.

O IAIF foi aplicado de forma demonstrativa aos países parceiros do BID.

# CONCEITO DE PROMECIF

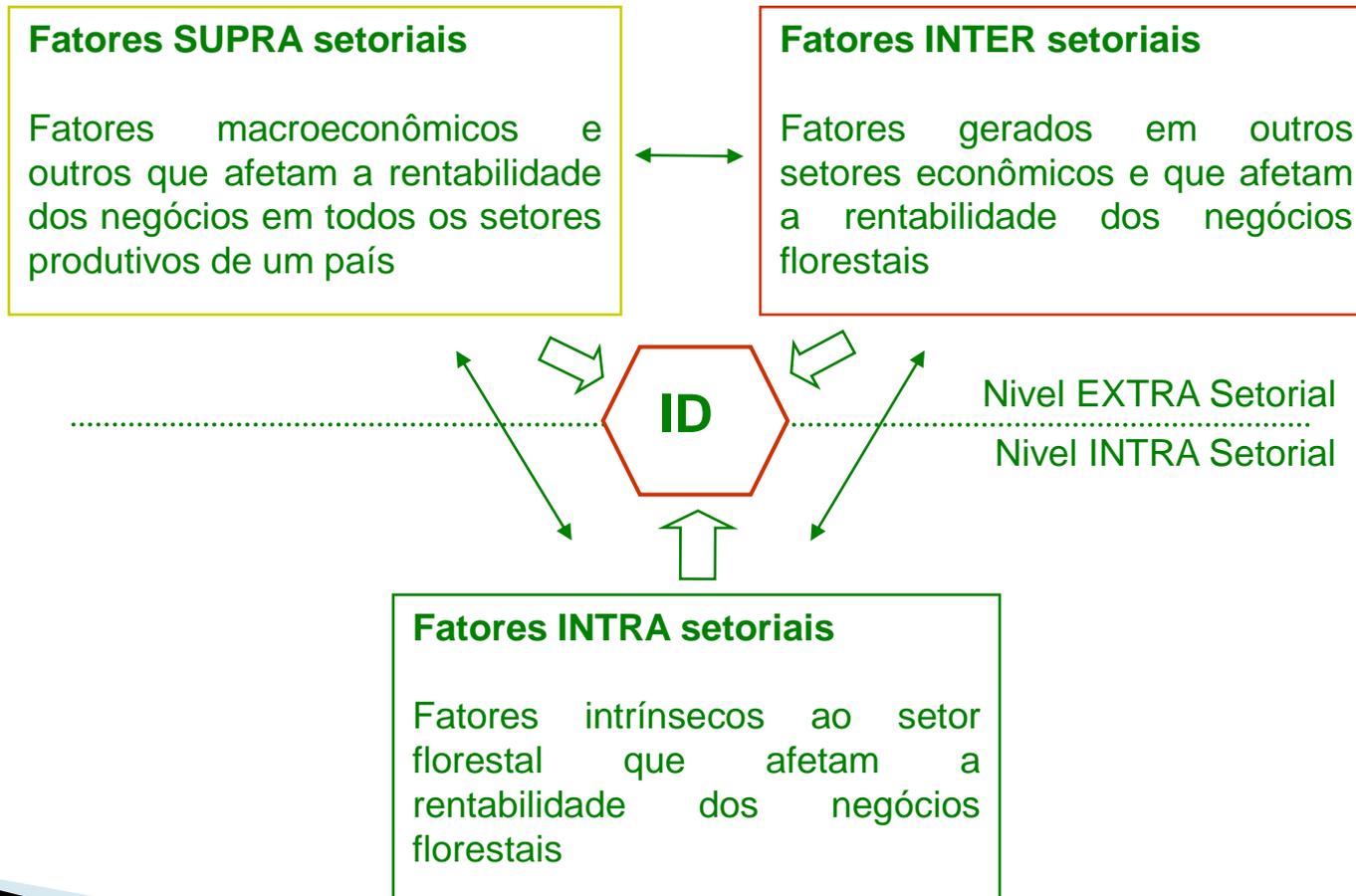
- ▶ O Processo de Melhoria do Clima de Negócios para Investimentos no Setor Florestal – Promecif é um processo que permite desenhar estratégias e ações para evidenciar a atratividade do setor florestal de um país para os investidores diretos tanto domésticos como estrangeiros.
- ▶ O IAIF é o instrumento que possibilita o desenvolvimento do PROMECIF.

# Metodologia do IAIF

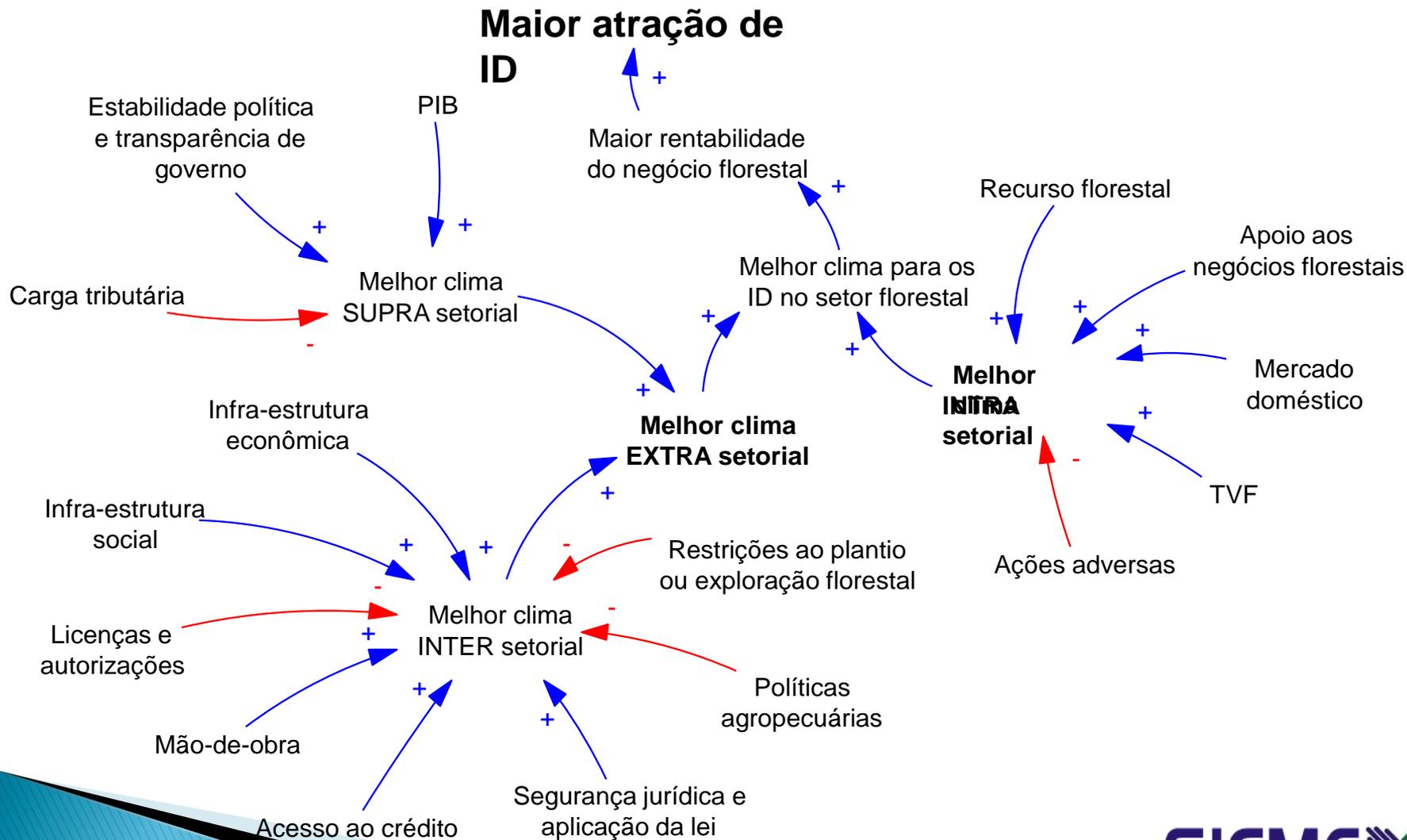


\*NFS: Negócios Florestais Sustentáveis

# Classificação dos Fatores que Afetam os ID



# Fatores que Afetam os Investimentos SN



# PROPOSTA

- ▶ Estado de Mato Grosso ser projeto piloto para cálculo do IAIF e posteriormente implantar o PROMECIF

- O Governo de Mato Grosso, através da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia (SICME), manifestou interesse em participar do processo, solicitando o apoio do BID para implantação desta metodologia;
- O BID aprovou a solicitação da SICME, indicando o Estado como estudo de caso para a aplicação do PROMECIF-MT;
- Durante o processo de aprovação da solicitação do Governo de Mato Grosso, foi destacado que o Estado está de acordo com a iniciativa do BID em melhorar o clima de negócios;
- Isto favorece os projetos derivados do PROMECIF-MT, porque se beneficiaram dos avanços na implantação do Plano de Ação e porque os fazem elegíveis para financiamento por parte do BID, através de recursos atrelados a esta iniciativa;

- Para melhorar o clima de investimentos, buscou-se consolidar as bases para a colaboração do BID na implantação do PROMECIF-MT mediante a assinatura da Carta de Compromisso, entre o governo de Mato Grosso e o BID;
- Com isso, o governo assumiu um compromisso com os representantes do setor privado, com o BID e com outros doadores, em adotar o PROMECIF-MT, incluindo o compromisso de implantar estratégias e ações identificadas no Plano de Ação.

# Ranking do IAIF-BR

## Edição 2009

### ▶ Ranking do IAIF-BR Florestas Plantadas

#### – SP e MG

- infra-estrutura social
- Infra-estrutura econômica
- recursos florestais

#### – PR, RS, BA e SC

- favorável situação SUPRA e INTER setorial
- cultura florestal bem desenvolvida

#### – MS, PI, PA, TO e MT

- Novas Fronteiras

	Estado	IAIF-BR Florestas Plantadas
1	São Paulo (-)	55
2	Minas Gerais	54
3	Paraná (-----)	43
4	Rio Grande do Sul (-)	41
5	Bahia (-)	41
6	Santa Catarina	40
7	Mato Grosso do Sul (-)	39
8	Piauí (-----)	38
9	Pará (----)	38
10	Tocantins (-----)	38
11	Mato Grosso	38
12	Espírito Santo (-----)	38
13	Rio G. do Norte (-----)	37
14	Amazonas (-)	37
15	Goiás (-----)	36
16	Sergipe (-----)	36
17	Pernambuco (-----)	35
18	Maranhão (-)	35
19	Acre (-----)	35
20	Ceará	35
21	Distrito Federal (-)	35
22	Paraíba (-----)	34
23	Amapá (-----)	34
24	Alagoas (-----)	32
25	Roraima (-----)	31
26	Rondônia (-)	30
27	Rio de Janeiro	30

# Ranking do IAIF-BR

## Edição 2009

### ▶ Ranking do IAIF-BR Florestas Nativas

#### – SP e MG

- Boas condições SUPRA e INTER setoriais
- Apoio aos produtores

#### – AM , PA e MT

- recurso florestal potencial

#### – RR e RO

- Inadequado entorno legal e institucional

	Estado	IAIF -BR Florestas Nativas
1	São Paulo (-)	49
2	Minas Gerais	45
3	Amazonas (-)	42
4	Pará (----)	40
5	Rio Grande do Sul (-)	39
6	Bahia (-)	38
7	Tocantins (-----)	38
8	Espírito Santo (-----)	37
9	Rio G. do Norte (-----)	37
10	Mato Grosso do Sul (-)	37
11	Paraná (-----)	37
12	Piauí (-----)	37
13	Santa Catarina	36
14	Sergipe (-----)	36
15	Goiás (-----)	36
16	Acre (-----)	35
17	Maranhão (-)	35
18	Pernambuco (-----)	35
19	Ceará	34
20	Paraíba (-----)	34
21	Amapá (-----)	34
22	Mato Grosso	34
23	Distrito Federal (-)	34
24	Alagoas (-----)	32
25	Roraima (-----)	31
26	Rondônia (-)	30
27	Rio de Janeiro	29

# Ranking do IAIF-BR

## Edição 2009

### Ranking do IAIF-BR

#### – SP e MG

- parque industrial consolidado
- recurso florestal (FP)
- mercado doméstico

#### – PR, RS, BA e SC

- SF bem desenvolvido

#### – MT, MS, TO e PI

- Novas Fronteiras

#### – AM e PA

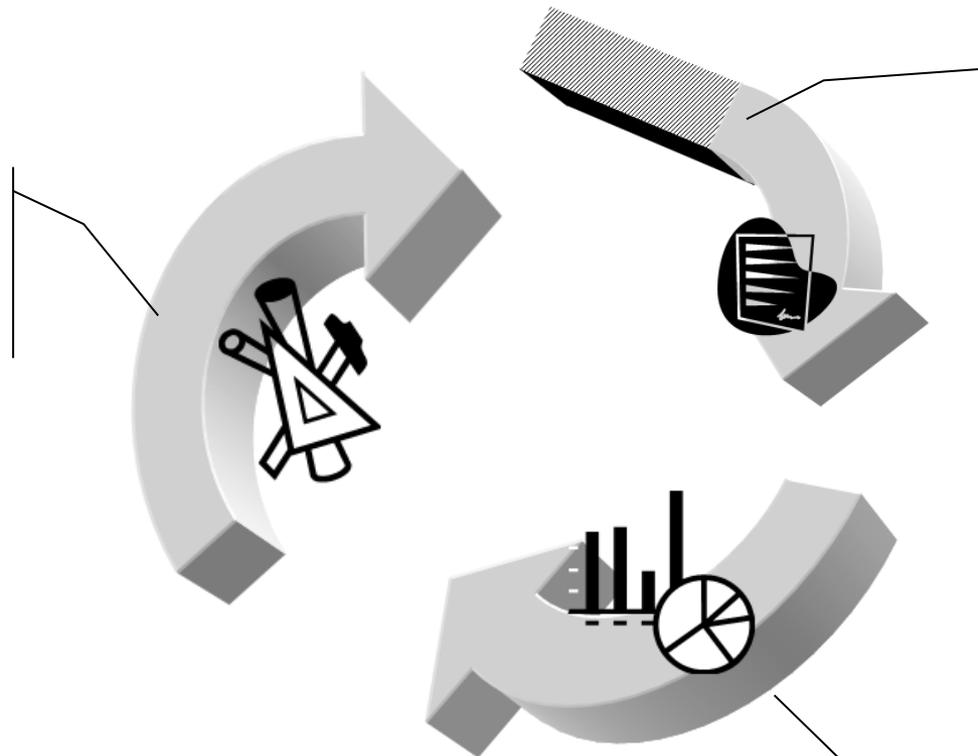
- Potencial FN

	Estado	SUPRA-BR	INTER-BR	INTRA-BR	IAIF-BR
1	São Paulo (-)	53	52	52	52
2	Minas Gerais	58	46	49	50
3	Paraná (-----)	53	50	31	40
4	Rio Grande do Sul (-)	54	48	32	40
5	Bahia (-)	57	47	31	39
6	Amazonas (-)	68	45	29	39
7	Pará (----)	61	44	31	39
8	Mato Grosso do Sul (-)	59	51	27	38
9	Santa Catarina	50	51	28	38
10	Tocantins (-----)	51	50	28	38
11	Piauí (-----)	62	48	26	38
12	Espírito Santo (-----)	64	47	26	38
13	Rio Grande do Norte (-----)	59	49	26	37
14	Goiás (-----)	46	49	27	36
15	Mato Grosso	42	47	28	36
16	Sergipe (-----)	57	45	26	36
17	Pernambuco (-----)	64	47	22	35
18	Maranhão (-)	54	44	25	35
19	Acre (-----)	61	43	24	35
20	Ceará	62	48	21	35
21	Distrito Federal (-)	59	56	17	34
22	Paraíba (-----)	53	45	24	34
23	Amapá (-----)	55	48	21	34
24	Alagoas (-----)	58	47	19	32
25	Roraima (-----)	54	44	19	31
26	Rondônia (-)	46	41	21	30
27	Rio de Janeiro	38	46	18	29

# Processo de Melhoria do Clima de Negócios

## Ciclo de Fases do PROMECIF

**Fase III**  
Execução,  
Acompanhamento  
e Avaliação



**Fase I**  
Identificação da  
unidade SN  
  
Compromisso de  
Mudança

**Fase II**  
Diagnóstico e  
Definição da  
Estratégia

# Processo de Melhoria do Clima de Negócios

## ▶ Contribuição dos Subíndices no IAIF–BR de Mato Grosso

### FASE I

- obter um forte nível de comprometimento de todos os envolvidos no setor florestal para a adoção da metodologia

### FASE II

- definição da estratégia de ações prioritárias que deverão ser adotadas para melhorar o IAIF e a atratividade aos investimentos no setor florestal

### FASE III

- definir as formas e fontes de financiamento das ações identificadas
- desenhar e analisar os projetos específicos
- definir as atividades de monitoramento dos projetos e a avaliação do processo

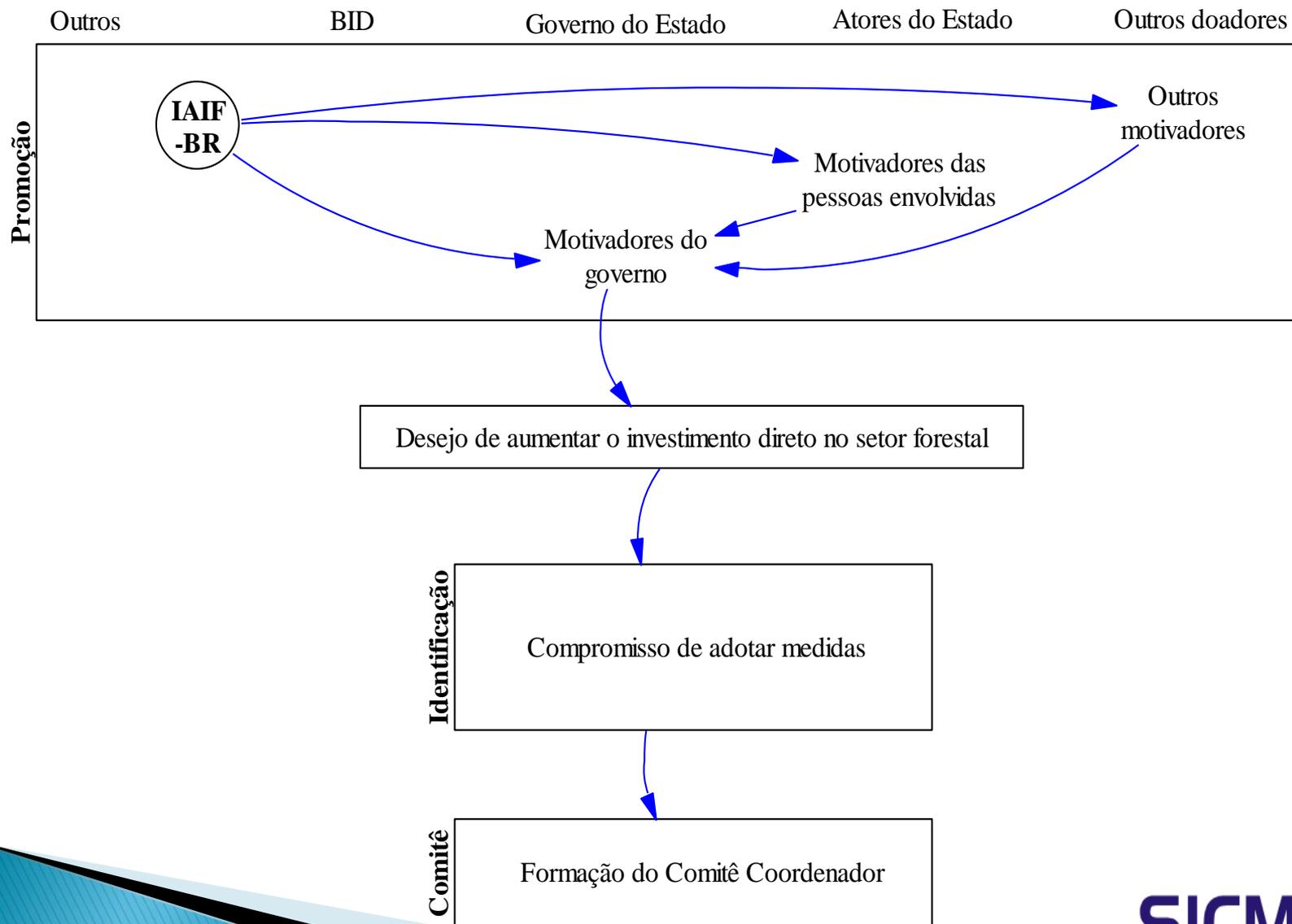
# FASE I – IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO E COMPROMISSO DE MUDANÇA

- ▶ Foi estabelecido o compromisso do Governo, com o apoio dos agentes envolvidos, de aplicar o PROMECIF–MT e do BID de apoiar esta aplicação.
- ▶ A conscientização sobre a importância de investir em negócios florestais sustentáveis e a sensibilização dos indicadores críticos para melhorar o clima de negócios florestais a partir dos resultados do IAIF–BR. Este processo buscou a motivação dos diferentes setores envolvidos para tomar decisões e propor ações em prol de um setor florestal sustentável.
- ▶ Procurou-se sensibilizar o governo, para que este veja a necessidade de melhorar o clima dos negócios e aumentar os investimentos no setor florestal, através da adoção do PROMECIF–MT.

# PROMECIF – MT

- ▶ Dentre os Estados brasileiros, o Mato Grosso foi escolhido para ser o estudo de caso na aplicação do PROMECIF.
- ▶ A estratégia do PROMECIF–MT está baseada em um diagnóstico da situação atual do setor florestal no Estado de Mato Grosso e na situação desejada para o futuro.

# Diagrama da Fase I – Identificação do Estado e compromisso de mudança



# A metodologia utilizada para diagnosticar a situação atual consistiu:

- ▶ Na análise de uma série de variáveis relevantes em relação a sua atratividade a investimentos florestais, obtidas através de fontes secundárias e de pesquisas realizadas (questionários) com os principais representantes do setor florestal;
- ▶ Na realização de análises complementares para estabelecer o diagnóstico da situação atual e da situação desejada pelos atores envolvidos (Workshop).

Desta forma foi possível identificar os problemas e as oportunidades que se apresentam para o setor florestal.

Finalmente, nesta fase foram identificadas as ações estratégicas que se executadas com sucesso, resultarão na melhoria do clima de negócios para os investimentos florestais.

# Comitê Coordenador

- O Comitê Coordenador (CC) do PROMECIF–MT é o principal responsável pela coordenação da implantação das Fases II e III do processo.
- No Mato Grosso esta tarefa estará a cargo do Instituto Ação Verde que terá o apoio da SICME–MT para realizar os trabalhos do CC.
- SUGESTÃO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ COORDENADOR:
- AMEF; AREFLORESTA; CIPEM; EMBRAPA; FAMATO; FIEMT; INSTITUTO AÇÃO VERDE; MT REGIONAL; SEDER MT FLORESTA; SEMA; SICME; UFMT;

# PRINCIPAIS FUNÇÕES DO INSTITUTO AÇÃO VERDE

- Promover e fomentar a capacitação de assistência técnica para o setor florestal, que acarretem no melhoramento da competitividade, produtividade e qualidade das indústrias mato-grossenses;
- Realizar diagnósticos em diferentes ramos do setor florestal, para promover o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias que conduzam ao fortalecimento e melhoramento de sua capacidade competitiva tanto no mercado interno, como no externo;
- Analisar a assistência técnica do setor empresarial para fortalecer a gestão e a qualidade dos produtos de exportação;

# PRINCIPAIS FUNÇÕES DO INSTITUTO AÇÃO VERDE

- Realizar estudos e pesquisas no setor florestal, para melhorar sua capacidade tecnológica, através da assistência técnica;
- Oferecer apoio logístico como contrapartida aos assessores técnicos de órgãos regionais que ofereçam apoio tecnológico para o melhoramento da produtividade e competitividade das empresas ou setores que utilizem esta assistência técnica.
- Elaborar perfis e projetos de investimento público que permitam apoiar o setor florestal no melhoramento de sua capacidade produtiva visando à exportação.

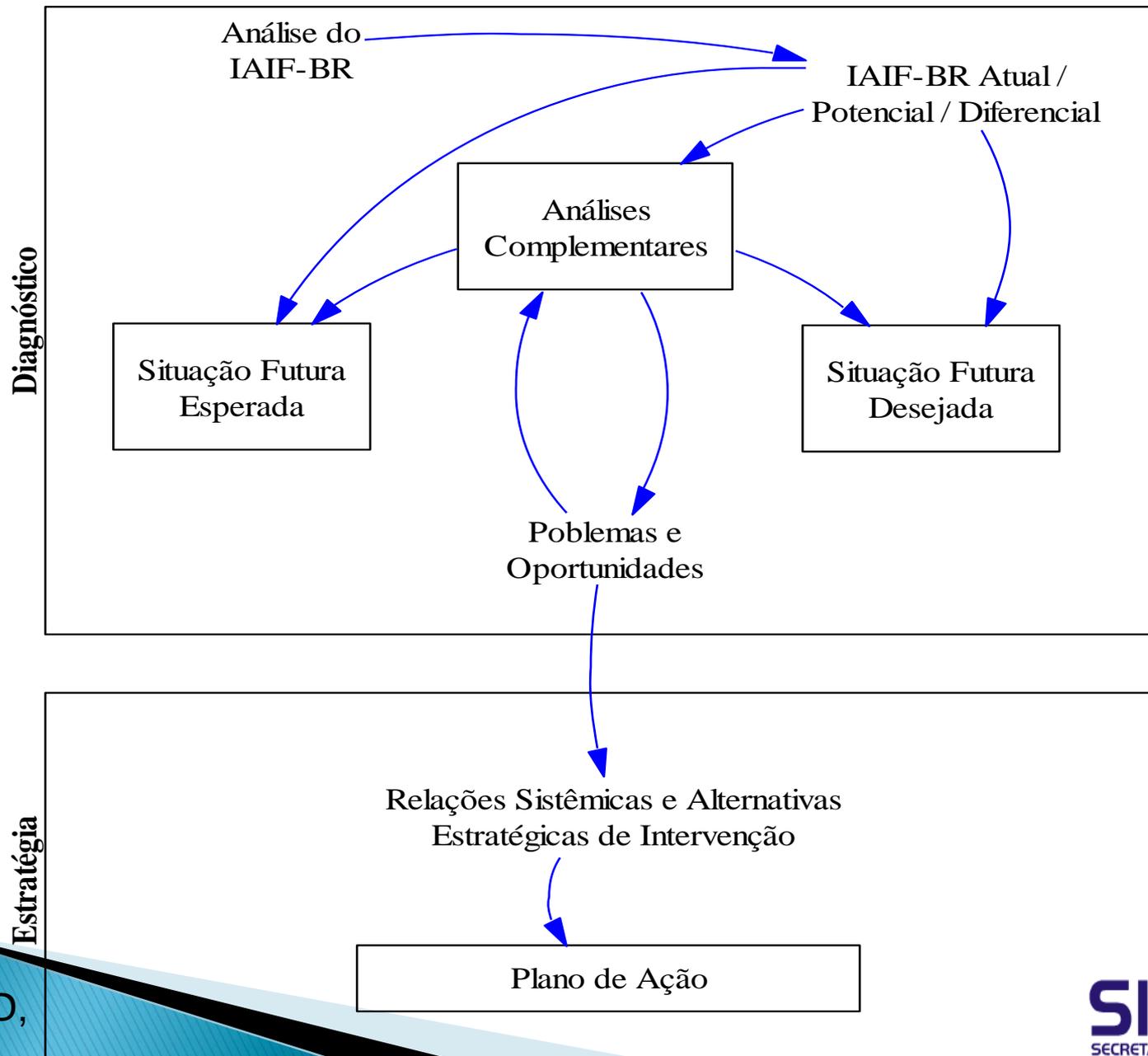
Atribuições do CC	Situação do Instituto Ação Verde
<p>1. Ser subordinado a uma subcomissão de comitê ou conselho estadual de competitividade, de promoção às exportações ou investimentos. Ele deverá ser composto pelos envolvidos do Estado no tema competitividade e/ou atração de investimentos, em geral e especificamente no setor florestal, vindos de diferentes instâncias do setor público, setor privado e sociedade civil organizada.</p>	<p>Adequado. O Instituto Ação Verde faz parte da FIEMT e terá o apoio desta instituição, assim como da SICME.</p>
<p>2. Contar com participantes dos envolvidos nas várias etapas da cadeia produtiva florestal do Estado, assim como representantes das diversas frentes de ação e pesquisa de interesse direto para o setor florestal, sejam elas privadas ou públicas.</p>	<p>Adequado. O instituto poderá trabalhar com o apoio de instituições de pesquisa, como universidades e a EMBRAPA.</p>
<p>3. Contar com uma secretaria executiva que organize operacionalmente as reuniões, pautas e ações definidas. Além disso, é necessário, em Estados de grande extensão territorial, que seja previsto grupos regionais de discussão e ação.</p>	<p>Adequado. O instituto poderá contar com o apoio dos sindicatos do setor que estão localizados nos diversos pólos madeireiros do Estado.</p>
<p>4 Não se deve estipular um número máximo de participantes até que a diversidade do setor florestal estadual esteja totalmente representada. Também não se deve limitar a estrutura organizacional do CC, sem dúvida, se deverá desprender muita atenção a efetividade do trabalho e a otimização do tempo e dos recursos. Assim sendo, a estrutura criada deverá atender as demandas de trabalho e ação, sem superestimar ou subestimar as reais necessidades da tomada ágil de decisões.</p>	<p>Adequado.</p>
<p>5.a. Coordenar as atividades administrativas, opinar e dar recomendações no processo de licitação, seleção e contratação da empresa de consultoria ou de outra organização que realizará as tarefas para a elaboração do Diagnóstico e do Plano de Ação do PROMECIF-MT.</p>	<p>Adequado.</p>

Atribuições do CC	Situação do Instituto Ação Verde
5.b. Coordenar as ações dos atores envolvidos na definição do plano de ação.	Adequado.
5.c. Apoiar os executores nas várias ações do plano a fim de superar os obstáculos que eventualmente surgirão e que dependerão das ações de terceiros.	Adequado. O instituto poderá contar com o apoio da CIPEM.
5.d. Monitorar e acompanhar a execução dos projetos e das outras ações que fazem parte do Plano de Ação	Adequado. O instituto poderá contar com o apoio da CIPEM.
5.e. Avaliar o cumprimento do tempo e da qualidade do produto contratado.	Adequado.
5.f. Avaliar os avanços do programa de trabalho e identificar as atividades dos seus membros que possam apoiar na execução das ações do plano e atuar sobre as recomendações ou medidas corretivas ou complementares que possam ser necessárias para alcançar os resultados previstos.	Adequado.
5.g. Promover e defender os interesses do setor florestal consistentemente com o propósito de melhorar o clima de negócios para investimentos florestais, juntamente com outras entidades INTER ou SUPRA setoriais, que não estão representadas no CC.	Adequado. Os próprios representantes do setor produtivo estadual poderão auxiliar o instituto.
5.h. Realizar atividades de auto-monitoramento e avaliação ex-post do seu desempenho na coordenação do PROMECIF-MT e adotar as medidas corretivas ou os ajustes identificados nas lições aprendidas, resultantes dos processos aqui mencionados, ou das atividades da auditoria independente.	Adequado.

Fonte: BID, 2009c.

# FASE II – DIAGNÓSTICO E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

- O resultado esperado desta fase é a definição da estratégia para melhorar o clima de negócios para os investimentos florestais, incluindo a elaboração do Diagnóstico e do Plano de Ação.
- Através do diagrama no próximo slide é possível visualizar as etapas do processo em sua fase II.



# METODOLOGIA DA FASE II

- Consiste na análise de uma série de variáveis relevantes para determinar a situação atual do Estado em relação a sua atratividade a investimentos florestais.
- Para isso, foram analisados os indicadores do IAIF-BR, além de outros estudos disponíveis.
- Também foram realizadas análises complementares para estabelecer o diagnóstico da situação atual e da situação desejada pelos atores envolvidos.
- Desta forma foi possível identificar os problemas e as oportunidades que se apresentam para o setor florestal.
- Finalmente, nesta fase foram identificadas as ações estratégicas que se executadas com sucesso, resultarão na melhoria do clima de negócios para os investimentos florestais.

# Fatores selecionados que compõe o IAIF-BR e os indicadores correspondentes

FATOR	SUBÍNDICE	INDICADOR
PIB	SUPRA-BR	• Taxa de crescimento do PIB estadual
Estabilidade Política e Transparência do Governo	SUPRA-BR	• Corrupção por agentes públicos estadual
Carga Tributária	SUPRA-BR	• Pagamento estadual de impostos
Infra-estrutura Econômica	INTER-BR	• Infra-estrutura econômica estadual
Infra-estrutura Social	INTER-BR	• Infra-estrutura social estadual
Licenças e Autorizações	INTER-BR	• Facilidade de registro de propriedades
Mão de Obra	INTER-BR	• Mão de obra estadual
Acesso ao Crédito	INTER-BR	• Acesso ao crédito estadual
Segurança Jurídica e Aplicação da Lei	INTER-BR	• Segurança jurídica estadual e aplicação da lei
Políticas Agropecuárias	INTER-BR	• Políticas agropecuárias estaduais
Restrições ao Plantio ou Exploração Florestal	INTER-BR	• Restrições estaduais ao plantio ou exploração florestal
Recurso Florestal	INTRA-BR	• Recurso florestal estadual
Apoio aos Negócios Florestais	INTRA-BR	• Apoio estadual aos negócios florestais
Mercado Doméstico	INTRA-BR	• Tamanho do mercado doméstico estadual
TVF	INTRA-BR	• TVF estaduais regularizadas
Ações Adversas	INTRA-BR	• Ações estaduais adversas

**Tabela 3. Ranking dos indicadores com maior potencial para melhorar o IAIF-BR no Mato Grosso**

	Indicador	Subíndice	PA	PD	PC	CA	CD
1.	Ações Estaduais Adversas	INTRA	29	71	248	3,28	8,14
2.	Apoio Estadual aos Negócios Florestais	INTRA	36	64	178	4,10	7,32
3.	TVF Estaduais Regularizadas	INTRA	60	40	67	6,86	4,57
4.	Restrições ao Plantio ou Exploração Florestal	INTER	27	73	273	0,96	2,61
5.	Políticas Agropecuárias Estaduais	INTER	29	71	239	1,05	2,52
6.	Pagamento Estadual de Impostos	SUPRA	53	47	90	2,51	2,25
7.	Corrupção por Agentes Públicos Estadual	SUPRA	56	44	78	2,68	2,08
8.	Segurança Jurídica e Aplicação da Lei	INTER	46	54	118	1,64	1,94
9.	Mão-de-obra Estadual	INTER	47	53	111	1,69	1,88
10.	Acesso ao Crédito Estadual	INTER	47	53	111	1,69	1,88
11.	Infra-estrutura Econômica Estadual	INTER	50	50	99	1,80	1,77
12.	Tamanho do Mercado Doméstico Estadual	INTRA	20	15	75	2,29	1,71
13.	Recurso Florestal Estadual	INTRA	10	15	150	1,14	1,71
14.	Taxa de Crescimento do PIB Estadual	SUPRA	70	30	43	3,33	1,43
15.	Infra-estrutura Social Estadual	INTER	65	35	55	2,30	1,27
16.	Facilidade de Registro de Propriedades	INTER	66	34	52	2,36	1,22

Fonte: BID, 2009b.

# Ações estaduais adversas

- Nas pesquisas os entrevistados foram abordados sobre 14 temas diferentes que mostram como as ações adversas estaduais afetam o investimento florestal.
- O resultado do indicador ‘ações estaduais adversas’ para o Mato Grosso foi de 29 pontos para um máximo possível de 100.
- Os temas abordados pela pesquisa foram os seguintes:
  - ‘Utilização de moto-serra ou outro insumo necessário para a produção florestal’;
  - ‘Transporte de toras ou outro produto florestal industrializado’;
  - ‘Funcionamento da indústria de base florestal’;
  - ‘Imposto sobre a terra com floresta’;
  - ‘Taxas, impostos, cotas florestais e outras cobranças pelo corte ou consumo de produtos florestais’;
  - ‘Restrições a exportação de produtos florestais’;
  - ‘Restrições a importação de insumos florestais’;
  - ‘Limitação ou restrição do uso da terra florestal privada sem compensação’;
  - ‘Limitação ou restrição do uso da terra florestal privada com compensação inferior ao custo de oportunidade ou não efetiva’;
  - ‘Proibição do corte de árvores de espécies nativas’;
  - ‘Proibição do plantio de árvores de espécies exóticas’;
  - ‘Nível de incerteza sobre as normas florestais’;
  - ‘Efeito das normas fundiárias sobre a cobertura florestal’;
  - ‘Acesso às terras florestais públicas’.

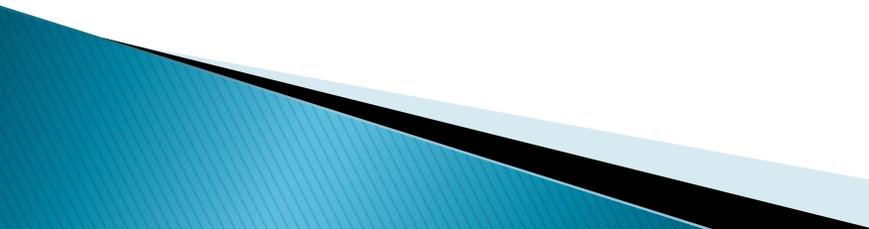
## Matriz de análise complementar do indicador 'ações estaduais adversas'

Tema	Situação Atual	Situação Desejada	Análises Complementares	Ações Recomendadas
1. Utilização de moto-serra ou outro insumo	Não existem restrições quanto ao uso de moto-serra. Porém, é preciso ter licença de uso e porte que exige uma renovação a cada dois anos. As pessoas que atuam no setor florestal consideraram que este item é pouco adverso.	Não deve haver restrições ao uso de moto-serra e outros insumos florestais.	O requerimento para uso e porte de moto-serra é um procedimento que gera custo à empresa, porém, atesta que o operador está apto para a atividade.	Manter a situação atual.
2. Transporte de toras e outros produtos florestais	Percebe-se um alto custo de transação por parte de quem tem que cumprir com as normas para transporte de produtos florestais. Existe a cobrança de guias florestais para os registros dos volumes de madeira extraídos e transportados. Os custos fiscais para a aplicação desta política são substanciais.	Transporte de produtos florestais com licenças simplificadas, de baixo custo e com agilidade de emissão.	A Guia Florestal, GF/MT, é um instrumento de controle não só para o transporte, mas também para a entrega, remessa, recebimento e estocagem ou armazenamento de matérias-primas, produtos e subprodutos florestais, madeireiros e não madeireiros, desde o local de extração ou beneficiamento até o seu destino final.	Promover treinamentos gratuitos no Sisflora e garantir o seu adequado funcionamento, evitando a não emissão das guias em função de problemas técnicos internos. Permitir a correção de erros administrativos na GF.
3. Funcionamento da indústria de base florestal	Para instalar ou operar uma indústria florestal no Mato Grosso é necessário a obtenção de licenças (LP, LI e LO. A inscrição no Cadastro de Consumidores de Matéria-Prima de Origem Florestal na SEMA e, em alguns casos, o EIA/RIMA. Os custos que são impostos aos investidores para cumprir com estes requerimentos são percebidos como bastante adversos por quem precisa cumprir com eles.	Licenças ambientais simplificadas e processos analisados com mais agilidade.	O cumprimento dos requisitos burocráticos para estabelecer ou operar uma indústria de bases florestal desincentiva o investidor. Uma das variáveis que o investidor leva em consideração é a complexidade / facilidade para instalar, operar, e retirar-se do negócio e a quantidade de dias para obter permissão de funcionamento. No Brasil os custos e o tempo para obter tais licenças são demasiadamente altos.	Reduzir a demora na análise dos processos e os custos com investimentos necessários para atender às exigências ambientais.
4. Impostos sobre a terra	O ITR (imposto territorial rural) é um imposto federal e sua alíquota varia com a área da propriedade e seu grau de utilização.	Os impostos devem ser baixos para não desestimular o investidor florestal.	Parte da receita obtida com o ITR vai para o município arrecadador e outra para o Estado, na proporção variável, conforme o ente fiscalizador atuante for mais expressivo, ou seja, quem fiscaliza leva o maior pedaço do Imposto.	Isentar os investidores florestais dos impostos sobre a terra.
5. Taxas, impostos e cotas florestais pelo corte e consumo de produtos florestais	Além de todos os impostos federais, também incide sobre os produtos florestais os impostos estaduais (ICMS), as contribuições Fathab e Famad e a taxa florestal (devida pelas pessoas físicas ou jurídicas obrigadas a promoverem a reposição florestal).	As cobranças não devem ser altas e não devem desestimular o investimento florestal.	O Famad (Fundo de Apoio à madeira) é condição para que os contribuintes do segmento madeireiro usufruam do benefício do deferimento do ICMS nas operações internas. O contribuinte deve recolher 18,61% do valor da UPF/MT por metro cúbico de madeira a ser creditado à conta do Fethab e 3,71% ao Famad.	Trabalhar junto ao governo federal para reduzir a alíquota de impostos como o IPI e incentivar as vendas.

Tema	Situação Atual	Situação Desejada	Análises Complementares	Ações Recomendadas
6. Restrições a exportação de produtos florestais	Não existem impedimentos para a exportação de produtos de reflorestamentos. Existem proibições para a exportação de toras de florestas nativas. A exportação é permitida somente para produtos processados (de maior valor agregado). Existe a percepção de que as regulamentações de exportação de produtos florestais são complexas.	Requisitos para a exportação de produtos florestais simplificados, diversificação de produtos e clientes.	As exportações são isentas de ICMS. Entretanto, no MT, as contribuições ao Fundo de Transporte e Habitação (Fethab) e ao Fundo de Apoio à Madeira (Famad) vão incidir sob as exportações.	Incentivar a agregação de valor aos produtos, simplificar os requisitos de exportação, evitar a adoção de medidas protecionistas e diversificar os clientes.
7. Restrição a importação de insumos florestais	Não existem restrições a importação de insumos florestais.	Manter a situação atual.	Sob as importações há a incidência do ICMS com alíquota de 17%.	Nenhuma ação é requerida.
8. Limitação ou restrição ao uso da terra florestal privada sem compensação	O código florestal restringe muito o uso da terra florestal (reserva legal, preservação permanente). Os proprietários que preservam a vegetação nativa não recebem qualquer compensação por isso.	O proprietário de terra com floresta nativa deve receber uma compensação para manter a floresta intacta.	O Mato Grosso está em fase final de desenvolvimento de um projeto de pagamento por serviço ambiental na região noroeste do estado, onde o desmatamento é mais intenso. No Brasil esta em processo de discussão o projeto de lei que institui o novo código florestal, nesse projeto as áreas de preservação permanente e de reserva legal, serão definidas com bases em estudos desenvolvidos pelo órgão estadual competente.	Pressionar o congresso para aprovar o projeto de lei que institui o novo código ambiental brasileiro e estabelece uma forma de remuneração por serviços ambientais. Elaborar uma forma de compensar o proprietário da terra que preserva a sua área de floresta.
9. Limitação ou restrição ao uso da terra florestal privada com compensação inferior ou ineficaz	Idem 8.			
10. Proibição do corte de árvores de espécie nativa sem adequada compensação	É proibido o corte e a comercialização da castanheira ( <i>Bertholetia Excelsa</i> ), seringueira ( <i>Hevea spp</i> ), pequizeiro ( <i>Caryocar brasiliense</i> ) e demais espécies com restrição de corte em áreas nativas, primitivas e regeneradas.	Menos burocracia para o corte de espécies nativas em áreas de reflorestamento.	O decreto 20/08 da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso aprovou a proibição do corte de determinadas espécies nativas, salvo as com plano de reflorestamento aprovado pelo órgão ambiental competente.	Apoiar o manejo sustentável das florestas e o reflorestamento com espécies nativas.

Tema	Situação Atual	Situação Desejada	Análises Complementares	Ações Recomendadas
11. Proibição do plantio de exóticas sem adequada compensação	Para o plantio de essência florestal exótica de 100 até é necessária uma exigência de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA ou similar; e acima de é exigido um Estudo de Impacto Ambiental - EIA.	Necessidade de EVA ou EIA para área de plantio maior que .		Aumentar a área de plantio de exóticas sem a necessidade de obtenção de EVA ou EIA.
12. Nível de incerteza sobre as normas florestais	A percepção sobre o nível de incerteza da norma florestal é alto. Deve haver certo grau de falta de credibilidade na aplicação da lei. Além disso, se tem modificado as leis e os regulamentos afetando diretamente os empresários do setor florestal. Atualmente, está em pauta a revisão do código florestal, atualizando seus conceitos e regulamentos.	As normas florestais devem ser simples e efetivas e sua aplicação deve ser feita de forma consistente e com credibilidade.	As normas devem ser simples e claras e a autoridade deve limitar-se a zelar pelo cumprimento da lei. A falta de credibilidade e instabilidade do marco legal gera confusão e incerteza sobre os custos e benefícios do investimento florestal, especialmente no longo prazo.	Simplificar a norma florestal, buscando a sua eficiência e efetividade. Eliminar a falta de credibilidade na hora de aplicar a legislação.
13. Efeito das normas fundiárias sobre a cobertura florestal	O código florestal vigente não induz o desmatamento.	Não seja necessária a eliminação da cobertura florestal de uma propriedade para adquirir direitos sobre sua posse ou para demonstrar o uso adequado da terra.	Pela lei agrária hoje em vigor, o produtor deve atender ao GUT (grau de utilização da terra) de 80% e ao GEE (grau de eficiência na exploração) de 100% ao mesmo tempo para que sua propriedade não seja considerada improdutiva e passível de desapropriação para fins de reforma agrária.	Aplicação eficiente da lei. Garantir aos proprietários que sua terra com cobertura florestal não serão desapropriadas.
14. Acesso as terras florestais públicas	As florestas naturais pertencentes ao Estado são passíveis de concessão, porém no Estado de Mato Grosso, nenhuma área foi oficialmente delimitada para esta finalidade.	O setor privado deve ter acesso às terras florestais públicas pertencentes ao Estado, através do mecanismo de concessão.	No Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) para o ano de 2009, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente com apoio do Serviço Florestal, não existe no Estado de Mato Grosso nenhuma área passível de concessão.	Incluir, nas edições futuras do Plano Anual de Outorga Florestal, áreas públicas de Mato Grosso.

# Situação futura esperada

- Na metodologia do PROMECIF-MT, o Plano de Ação é o instrumento de implantação de estratégias para melhorar o clima de negócios.
  - As estratégias são desenvolvidas para solucionar os problemas ou aproveitar as oportunidades identificadas como prioritários na análise complementar dos indicadores de maior impacto sobre o cálculo do IAIF-BR.
  - Uma segunda forma de análise é aplicada na metodologia através da comparação entre a Situação Futura Esperada para o setor e a Situação Futura Desejada pelos envolvidos.
  - Da comparação entre estas duas situações, os problemas e as oportunidades encontradas nas análises complementares podem ser ratificados, e ações inovadoras ou adicionais poderão ser identificadas para consolidar a estratégia para melhorar o clima dos negócios florestais.
- 

# Situação futura esperada

- A situação futura esperada mostra um cenário definido sobre as perspectivas existentes em relação às tendências dos resultados atuais para os indicadores do IAIF-BR, como consequência da continuidade dos processos que os geraram.
- Esta situação representa o que se projeta que poderá ocorrer no futuro sem a intervenção de ações estratégicas.
- Dado o forte crescimento do setor florestal durante os últimos anos, se espera que o Mato Grosso enfrente uma demanda crescente por produtos florestais.
- Esta demanda de produtos madeireiros seria algo difícil de afrontar se não fossem realizadas mudanças para reverter essa situação.
- A demanda do mercado local seguirá em crescimento, porém a indústria florestal local não teria capacidade para suprir esta demanda, produto da crescente escassez da oferta de matéria prima.
- Os preços dos produtos florestais tenderão a aumentar até os níveis em que a importação dos mesmos seja vantajosa e competitiva.

# Situação futura esperada

- Se as tendências mostradas pela situação atual não forem modificadas no futuro, o setor florestal continuará em segundo plano, com relação ao seu potencial produtivo, pois continuará contando com pouco apoio político, ações adversas, as políticas continuarão beneficiando mais as atividades agropecuárias de que a florestal e continuarão elevadas as restrições ao plantio e/ou a exploração florestal.
- Portanto, sem uma política florestal clara e favorável aos investidores, o setor florestal continuará limitado como fonte potencial de melhorar ou aumentar a geração de emprego, a receita e o bem estar para quem depende dos recursos florestais.

# Situação futura desejada

- Os negócios florestais sustentáveis no Mato Grosso têm um desafio importante que é colaborar com o desenvolvimento sustentável do Estado. Assim, é possível visualizar um futuro onde o Estado pode aproveitar todas as oportunidades para converter-se em um bem sucedido exportador de produtos florestais.
- Na continuação é apresentada uma síntese da visão de futuro ou situação futura desejada para ser utilizada como guia para as ações dos agentes comprometidos com o cenário delineado.
- Os membros do Comitê Coordenador do PROMECIF-MT estão convencidos de que os negócios florestais sustentáveis podem contribuir para o desenvolvimento sustentável através da produção de bens e serviços florestais para exportação e consumo doméstico, da geração de receita e empregos e da melhoria da qualidade ambiental como resultado de um melhor uso da terra.
- Em um futuro próximo, o Estado de Mato Grosso será visto como um importante produtor e exportador de produtos e serviços associados aos plantios florestais de alta produtividade e ao uso sustentável das florestas naturais remanescentes que resulte da ação de um setor privado dinâmico e competitivo.

# Situação futura desejada

- O Comitê Coordenador do PROMECIF–MT confia que isso será alcançado através da implantação das ações estabelecidas e de um acordo estratégico entre os principais atores envolvidos no setor florestal que farão de Mato Grosso o Estado mais atrativo para os investimentos privados domésticos e estrangeiros.
- Estas ações devem ser coordenadas, integradas, eficientes e fiscalmente responsáveis para buscar melhorar os fatores INTER e INTRA setoriais estaduais prioritários que afetam o clima para os negócios florestais sustentáveis.
- Deseja-se que o Mato Grosso complemente a atividade de serviços com a atividade industrial para obter um melhor balanço o que permitirá explorar melhor os seus recursos e aumentar sua capacidade de gerar crescimento econômico, onde o setor florestal irá cumprir um importante papel.
- Desta forma, o setor florestal aumentaria sua participação dentro da economia mato-grossense, contribuindo, além disso, com a geração de empregos e receitas, e ao desenvolvimento do setor rural.

# Situação futura desejada

- O apoio aos negócios florestais, as ações adversas, as políticas agropecuárias e as restrições ao plantio e/ou exploração florestal estarão bem definidos, o que aumentará a atração de investimentos para o setor florestal.
- Deseja-se que haja uma remuneração pelos serviços ambientais, que as informações disponíveis para a realização de negócios e os serviços de assistência técnica sejam de melhor qualidade, assim haverá um maior nível de atratividade para o investidor.
- Deseja-se também que os custos de transporte, taxas, impostos e cotas que incidem sobre o setor florestal sejam reduzidos, para que este se torne mais competitivo em comparação às atividades agropecuárias.
- É importante que os envolvidos no setor florestal de Mato Grosso tenham um maior nível de certeza sobre as normas florestais, assim os investidores tomarão suas decisões de investimento e produção com maior facilidade.
- No futuro é desejável que os recursos florestais sejam utilizados de maneira sustentável, onde se corrijam adequadamente as externalidades negativas associadas ao solo e a água.

# *Situação futura desejada*

- A produção florestal se realizará empregando técnicas de produção mais eficientes e gerando produtos de alto valor agregado a partir da matéria prima extraída da floresta que são corretamente manejadas e que contam com um adequado planejamento para o desenvolvimento a longo prazo.
- Igualmente o futuro da indústria florestal mato-grossense terá a capacidade de produzir para diferentes segmentos, assim a produção ou comercialização florestal estará vinculada com a produção de celulose, papel, painéis, chips, carvão vegetal, etc. e incluso com a venda de toras para o mercado interno.
- Essa produção irá ocorrer sob altos níveis de produtividade e competitividade em toda a cadeia produtiva.
- Conforme analisado anteriormente, o valor atual do IAIF-BR para o Mato Grosso é de 40, sendo seu valor potencial igual a 84 pontos, o que indica um potencial de crescimento de 112%.
- A situação futura desejada pode ter como meta realista elevar o IAIF-BR em pelo menos 10 pontos sobre seu valor atual nos próximos cinco anos e reduzir a diferença entre o IAIF-BR e o IAIF-BR potencial em 34 pontos percentuais.

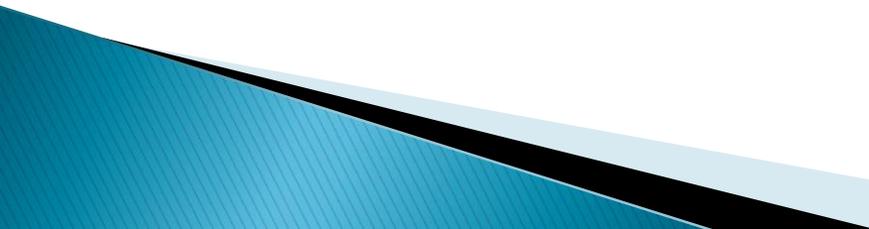
# Identificação dos problemas e oportunidades

- Com base nos resultados do IAIF-BR, nas pesquisas realizadas e na discussão preliminar do plano de ação realizada com os principais players do setor florestal de Mato Grosso (o detalhamento do Workshop está apresentado no Anexo 6), foi identificada uma série de limitações para o sucesso dos investimentos em negócios florestais.
- Os problemas e oportunidades são identificados comparando-se a situação futura esperada com a situação desejada para o futuro.
- Alguns destes problemas principais já foram discutidos nas seções anteriores deste documento (fatores críticos).
- Precisamente estes fatores críticos representam também as maiores oportunidades para que as ações corretas melhorem o clima de atração de investimentos florestais.
- Estas limitações também foram identificadas nas matrizes de análise complementar.

# Identificação dos problemas e oportunidades

- O pouco sucesso dos investimentos florestais diminui a competitividade da cobertura florestal, o que resulta em externalidades ambientais negativas.
- O manejo não sustentável, os processos crescentes de ilegalidade e a perda das florestas têm causado vários problemas, entre eles podemos citar: a perda de produtividade do solo, a diminuição da qualidade e da quantidade de fontes de água e a perda dos benefícios que se poderiam ser obtidos da biodiversidade que esta exploração possa estar destruindo.
- Grande parte dos problemas que foram apresentados está relacionada ao fato de que as externalidades negativas associadas ao solo e a água não são corrigidas, as externalidades positivas associadas às florestas não são adequadamente compensadas e outras condições enfrentadas pelos investidores florestais não são atrativas.

# Problemas

- A falta de apoio aos negócios florestais é um dos problemas mais grave existente no Mato Grosso.
  - A falta de apoio aos negócios florestais acarreta em um desvio dos investidores a outras atividades ou até mesmo a outros Estados.
  - Dois dos temas mais adversos dentro do indicador ‘apoio estadual aos negócios florestais’ foi a carência de serviços de lobby para o setor florestal e a falta de remuneração por serviços ambientais.
  - O pagamento ou a compensação por serviços ambientais tem como principal objetivo transferir recursos, monetários ou não, àqueles que voluntariamente ajudam a conservar ou a produzir tais serviços e isto não vem ocorrendo no Mato Grosso, o que incentiva a alteração do uso do solo a outros usos que não o florestal.
- 

# Problemas

- Outro problema identificado no Mato Grosso foi à existência de ‘ações estaduais adversas’, estas ações referem-se ao elevado nível de incerteza sobras às normas florestais vigentes, os elevados custo de transporte, as altas taxas, impostas e cotas que incidem sobre a produção e/ou consumos de produtos florestais, as restrições ao uso da terra sem uma adequada compensação e a falta de concessões para o manejo florestal sustentável de florestas públicas. Estas ações adversas diminuem a atração de investimentos para o setor florestal do Estado.
- As ‘restrições ao plantio e/ou exploração florestal’ tanto para florestas plantadas como para florestas nativas foi outro problema identificado pelos entrevistados, tais restrições incidem sobre o plantio, a preparação e execução de planos de manejo, o uso de tecnologia sustentável, o corte de determinadas espécies e o corte em determinadas áreas e ecossistemas.
- A existência de restrições excessivas aos empreendimentos florestais produtivos aumenta os custos e diminui a rentabilidade do negócio fazendo dele menos competitivos e menos atrativos aos investimentos diretos.

# Problemas

- A falta de credibilidade dos funcionários públicos na aprovação das solicitações de licenças ou nas inspeções para verificar o cumprimento das condições impostas pelos requerimentos normativos, também influencia de maneira significativa a atração de investimentos no setor florestal.
- O investidor também enfrenta outras distorções significativas que resultam em prejuízos para a atividade florestal em detrimento a atividade agropecuária e que limitam seu desenvolvimento.
- Estas distorções são especialmente importantes no tema acesso as condições de crédito, subsídios e regularização de terras. Este tratamento desigual agrava a redução das atividades florestais, desmatamento e uso agrícola das terras que poderiam receber investimentos florestais.
- Na discussão do plano de ação com os representantes do setor florestal também foram detectados problemas com relação à logística precária do Estado e em relação à elevada carga tributária. Ambos os problemas reduzem a atração de investimentos no setor florestal de Mato Grosso.

# Oportunidades

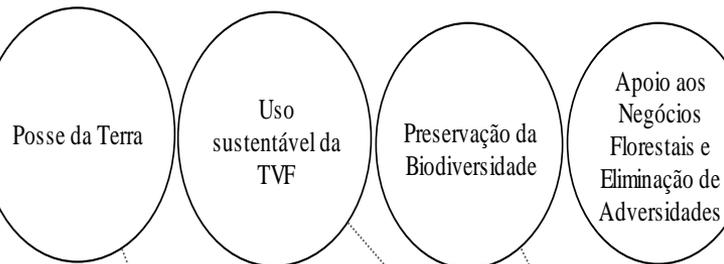
- De igual forma se apresentam as oportunidades para o setor florestal mato-grossense.
  - Estas oportunidades podem materializar o melhor aproveitamento das vantagens comparativas e competitivas que tem o Mato Grosso: alta disponibilidade de terra, preços inferiores de terra se comparados com a região Sul e Sudeste, condições edafo-climáticas adequadas para obter plantio de alta produtividade, extensas áreas de floresta nativa promovendo o manejo florestal e a concessão de florestas públicas.
  - Adicionalmente, o Mato Grosso conta com grandes oportunidades de aproveitar o mercado interno brasileiro: o mercado interno está em expansão, produto de grande desenvolvimento imobiliário nos últimos anos e, todavia com expectativas de crescimento futuro; e mercado externo com potencial de crescimento.
  - O aproveitamento destes fatores será especialmente importante para o desenvolvimento do setor florestal.
- 

# Estratégia

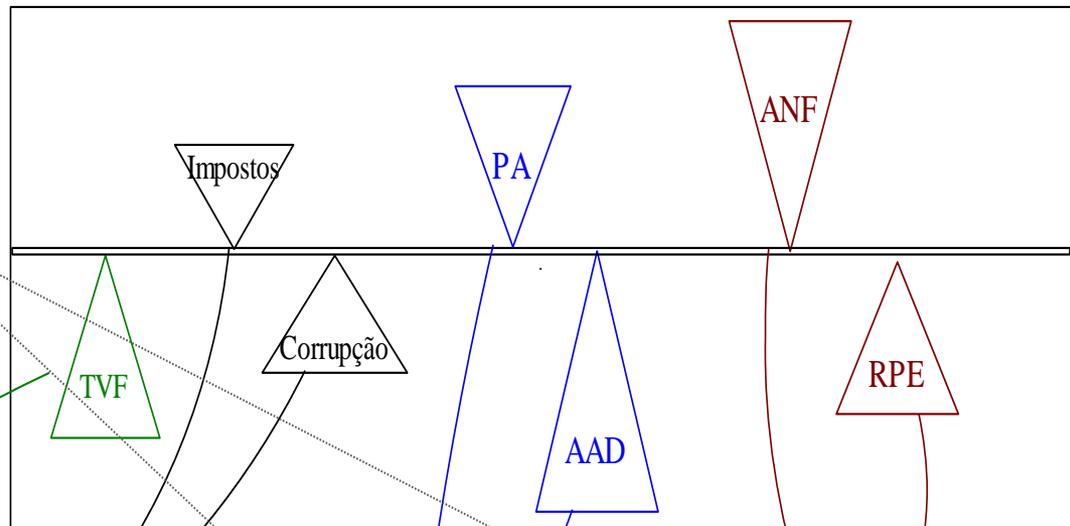
## 1. Alternativas estratégicas e linhas de ação

- Vistos os principais problemas e dificuldades ao desenvolvimento do setor florestal mato-grossense, assim como o potencial de crescimento e as oportunidades identificadas, e considerando os múltiplos impactos entre as variáveis do IAIF-BR, é possível desenhar as possíveis linhas de ação para introduzir melhorias e desenvolver o potencial existente.
- Estes delineamentos são a base para a coordenação da estratégia para alcançar a situação desejada para o futuro.
- As linhas escolhidas para ação prioritária reúnem as características para que seja possível atuar de diferentes maneiras, otimizando os resultados com o mínimo de recursos empregado.
- Com base no diagnóstico realizado anteriormente e utilizando-se da metodologia do PROMECIF-MT, foram definidas as linhas de ação prioritárias para o Mato Grosso.

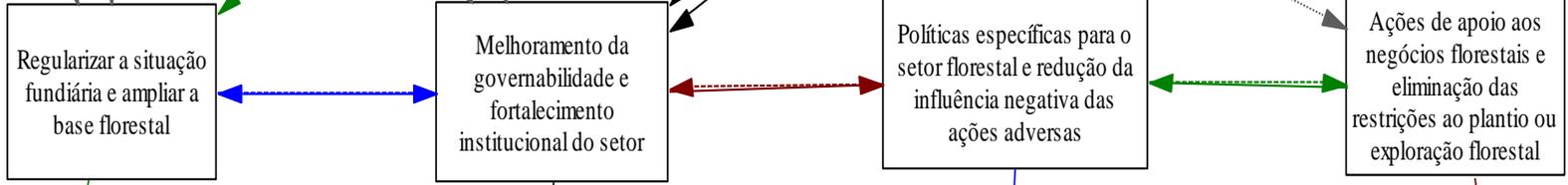
## Estratégias Básicas



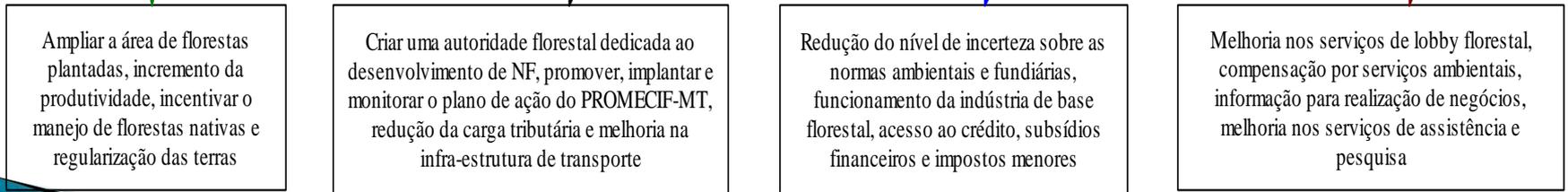
## Fatores Prioritários



Linhas de Ação



Projetos



Definição das linhas de ação e projetos do Plano de Ação

# Linhas de Ação e Projetos do Plano de Ação

Linhas de Ação	Projetos
Ações de apoio aos negócios florestais e eliminação das restrições ao plantio ou exploração florestal	Serviços de lobby florestal, compensação por serviços ambientais, informação para realização de negócios, melhoria nos serviços de pesquisa e assistência e licença para a exploração de florestas plantadas
Regularizar a situação fundiária e ampliar a base florestal	Ampliar a área de florestas plantadas, incremento da produtividade, incentivar o manejo de florestas nativas e regularização das terras
Políticas específicas para o setor florestal e redução da influência negativa das ações adversas	Redução do nível de incerteza sobre a legislação ambiental e fundiária, funcionamento da indústria de base florestal, acesso ao crédito, subsídios financeiros e impostos menores
Melhoramento da governabilidade e fortalecimento institucional do setor	Criar uma autoridade florestal dedicada ao desenvolvimento de NF, promover, implantar e monitorar o plano de ação do PROMECIF-MT, redução da carga tributária e melhoria na logística do Estado

# Estrutura da Matriz de Marco Lógico do Plano de Ação de Mato Grosso

## OBJETIVO DO PROGRAMA

Aumentar o nível de investimentos e desenvolvimento do setor florestal

PROPÓSITO DO PROGRAMA Implantar estratégias para os negócios florestais	OBJETIVO DOS PROJETOS Fatores críticos que afetam o clima de negócios para investimentos florestais e o crescimento do setor florestal			
	1	2	3	4
<b>Projetos</b>	<b>Propósitos</b>			
1. Ações de apoio aos negócios florestais e eliminação das restrições ao plantio ou exploração florestal 2. Regularizar a situação fundiária e ampliar a base florestal 3. Políticas específicas para o setor florestal e redução da influência negativa das ações adversas 4. Melhoramento da governabilidade e fortalecimento institucional do setor	Ações de apoio para os negócios florestais e medidas de redução das restrições implantadas	Área de florestas plantadas ampliada, produtividade dos plantios melhorada, manejo de florestas nativas incentivado e situação fundiária regularizada	Políticas específicas para o setor florestal criadas e medidas de redução das ações adversas implantadas	Institucionalidade do setor florestal fortalecida através da criação de uma instituição pública para o setor e melhoria na infra-estrutura de transporte
<b>Projetos</b>	<b>Componentes</b>			
1. Ações de apoio aos negócios florestais e eliminação das restrições ao plantio ou exploração florestal	1.1. Serviços de lobby efetivos para o setor	2.1. Ampliar a área de florestas plantadas	3.1. Redução do nível de incerteza sobre a legislação ambiental e fundiária	4.1. Criar uma autoridade florestal dedicada ao desenvolvimento de NF
2. Regularizar a situação fundiária e ampliar a base florestal	1.2. Compensação por serviços ambientais	2.2. Melhorar a produtividades dos plantios	3.2. Funcionamento da indústria de base florestal	4.2. Promover, implantar e monitorar o plano de ação do PROMECIF-MT
3. Políticas específicas para o setor florestal e redução da influência negativa das ações adversas	1.3. Informação para realização de negócios	2.3. Incentivar o manejo de florestas nativas	3.3. Acesso ao crédito e subsídios financeiros	4.3. Redução da carga tributária
4. Melhoramento da governabilidade e fortalecimento institucional do setor	1.4. Melhoria nos serviços de pesquisa e assistência	2.4. Regularizar a situação fundiária do Estado	3.4. Impostos menores	4.4. Melhoria na infra-estrutura de transporte
	1.5. Licença para a exploração de florestas plantadas			
<b>Responsáveis</b>	<b>SICME – Inst. Ação Verde</b>	<b>SICME – Inst. Ação Verde</b>	<b>SICME – Inst. Ação Verde</b>	<b>SICME – Inst. Ação Verde</b>
<b>TOTAL (valores estimados)</b>	<b>414.600</b>	<b>233.200</b>	<b>420.300</b>	<b>266.000</b>

**TOTAL 5 PROJETOS: R\$ 1.334.100**

# MML do Projeto 1 - Ações de apoio aos negócios florestais e eliminação das restrições ao plantio ou exploração florestal

RESUMO NORMATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	HIPÓTESES	ORÇAMENTO
Objetivo	Indicadores IAIF-BR com desempenho melhorado			em Reais (R\$)
Fatores críticos que afetam o clima de negócios para investimentos florestais e o crescimento do setor florestal	- Apoio aos negócios florestais - Restrições ao plantio ou exploração florestal	Informe anual do progresso do PROMECIF-MT		
Propósito				
Ações de apoio para os negócios florestais e medidas de redução das restrições ao plantio ou exploração florestal implantadas	- Implantação de ações de apoio para os negócios florestais - Desenvolvimento de medidas de redução das restrições	Informe anual do progresso do PROMECIF-MT	Desempenho adequado dos demais projetos do Plano de Ação	
Componentes				
1. Serviços de lobby florestal	- Promover o setor diante de órgãos públicos e privados em busca de melhorias para a atração de investimentos  - Legalizar os serviços de lobby para esclarecimento das reais intenções das atividades e a seriedade do setor - Aumentar o lobby para os negócios florestais no Estado, tornando-os mais competitivos como o consolidado setor agrícola de MT	Plano de implantação do lobby florestal e informe anual de atividades	Vereadores, deputados e senadores engajados no serviço de lobby florestal	114.000
2. Compensação por serviços ambientais	- Realização de estudos - Contratação da empresa de auditoria externa - Criação de uma autoridade florestal dedicada a gestão do sistema de pagamentos por serviços ambientais - Definição das fontes de recurso do programa	Contratos assinados, informe bimestral do desempenho das empresas contratadas e regulamento operacional do sistema de pagamento	Regulamentar o Projeto de Lei 5.487/09, que institui o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais e beneficiar, via incentivos fiscais e econômicos, as propriedades que mantiverem preservadas as suas florestas. Aprovação do novo código florestal (PL 5367/09) que regulamenta a remuneração por serviço ambiental	26.000 55.000 150.000 5.000
3. Informação para realização de negócios	- Elaborar e detalhar uma metodologia de coleta e análise de informações para o setor florestal e industrial - Coleta periódica e sistematizada dos dados necessários a alimentação do Banco de Dados Florestais (área plantada, IMA, mercado, preços praticados, mercado, pacotes tecnológicos...) - Criação de mecanismos de difusão da informação atualizada	Consulta aos mecanismos de difusão definidos	Fornecimento de informações pelos empresários do setor e disponibilização de recursos para a sistematização das informações	8.800 90.000 5.800
4. Melhoria nos serviços de pesquisa e assistência	- Avaliação e <i>benchmarking</i> com outros programas de capacitação e assistência técnica silvicultural existentes - Treinamento de instrutores para prestarem assistência técnica - Estruturação e implantação de atividades de pesquisa e extensão florestal	<i>Benchmarking</i> , treinamento e execução das atividades de extensão florestal	Facilitar o acesso as linhas de crédito que financiam serviços de assistência e oferecer serviços de qualidade e com preços competitivos	1.200 7.350 44.000
5. Licença para a exploração de florestas plantadas	- Realização de um diagnóstico sobre o processo de obtenção de licenças (custos envolvidos, tempo de espera para aprovação, documentação necessária...) - Avaliação e <i>benchmarking</i> com órgãos ambientais de outras esferas estaduais - Estruturação e implantação de uma forma rápida e eficiente para a obtenção de licenças	Diagnóstico, <i>Benchmarking</i> e forma rápida e eficiente para a obtenção de licenças implantada	Aumentar a eficiência dos órgãos ambientais na aprovação das autorizações de desmatamento e colheita florestal e reduzir a burocracia na elaboração e aprovação dos PEF, LC e PC	8.500 1.450 4.200
Total (5 anos)				516.300

## MML do Projeto 2 – Regularizar a situação fundiária e ampliar a base florestal

RESUMO NORMATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	HIPÓTESES	ORÇAMENTO
<b>Objetivo</b>	Indicadores IAIF-BR com desempenho melhorado			
Fatores críticos que afetam o clima de negócios para investimentos florestais e o crescimento do setor florestal	- Recurso Florestal - TVF Regularizada	Informe anual do progresso do PROMECIF-MT		
<b>Propósito</b>				
Área de florestas plantadas ampliada, produtividade dos plantios melhorada, manejo de florestas nativas incentivado e situação fundiária regularizada	- Ampliação da área de florestas plantadas - Melhora na produtividade dos plantios - Incentivo ao manejo de florestas nativas - Regularização da situação fundiária	Informe anual do progresso do PROMECIF-MT	Desempenho adequado dos demais projetos do Plano de Ação	
<b>Componentes</b>				
1. Ampliar a área de florestas plantadas	- Hectares plantados por produtores privados por ano	Levantamento da evolução da área plantada		47.000
2. Melhorar a produtividades dos plantios	- Diagnóstico da estrutura estadual de material genético e de produção de mudas para plantios florestais - <i>Benchmarking</i> relativo a alternativas existentes ou países - Seleção de espécies e clones, considerando materiais genéticos de espécies promissoras - Criação de uma estrutura estadual de produção de mudas de alta qualidade genética	Diagnóstico, <i>Benchmarking</i> e criação da estrutura Estadual de produção de mudas	Aumentar a produtividade através do avanço da pesquisa florestal	22.000 9.500 4.700 80.000
3. Incentivar o manejo de florestas nativas	- Realização de um diagnóstico sobre o processo de aprovação de PMFS - Avaliação e <i>benchmarking</i> com órgãos ambientais de outras esferas estaduais - Estipular um DMC por espécies - Estruturação e implantação de uma forma para simplificar o processo e reduzir o tempo de aprovação dos PMFS	Diagnóstico, <i>Benchmarking</i> , DMC definido, processo simplificado de aprovação dos PMFS implantado e tempo de aprovação reduzido	Investir na pesquisa de tratamentos silviculturais para aumentar o incremento da floresta e reduzir o ciclo de corte	4.700 1.500 1.700 7.100
4. Regularizar a situação fundiária do Estado	- Digitalizar os títulos do INCRA e Intermap, disponibilizando todo o acervo fundiário estadual e federal para o ordenamento fundiário do Estado - Cruzar os dados e identificar as sobreposições e deslocamento de títulos, mostrando todos os erros na titulação - Fixar um prazo de 3 meses para aprovação do cadastramento no INCRA	Acervo fundiário atualizado, cruzamento dos dados, identificação dos erros de titulação e redução da morosidade perante o órgão fundiário	Intensificar a adoção do programa 'Terra Legal' que tem por finalidade regularizar a situação fundiária de famílias que vivem na Amazônia Legal	43.000 12.000
<b>Total (5 anos)</b>				<b>233.200</b>

# MML do Projeto 3 – Políticas específicas para o setor florestal e redução da influência negativa das ações adversas

RESUMO NORMATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	HIPÓTESES	ORÇAMENTO
<b>Objetivo</b>	Indicadores IAIF-BR com desempenho melhorado			
Fatores críticos que afetam o clima de negócios para investimentos florestais e o crescimento do setor florestal	- Políticas agropecuárias - Ações Adversas	Informe anual do progresso do PROMECIF-MT		
<b>Propósito</b>				
Políticas específicas para o setor florestal criadas e medidas de redução das ações adversas implantadas	- Criação de políticas específicas para o setor florestal - Implantação de medidas de redução das ações adversas	Informe anual do progresso do PROMECIF-MT	Desempenho adequado dos demais projetos do Plano de Ação	
<b>Componentes</b>				
1. Redução do nível de incerteza sobre as normas ambientais e fundiárias	- Simplificação das normas florestais - Aplicação feita de forma consistente e com credibilidade - Eliminação da falta de credibilidade na hora de aplicação da legislação - Regulamentar normas diferentes para floresta nativa e plantada - Respeitar os direitos adquiridos no passado (averbações e titulação de terra) - Instituir um prazo máximo (3 meses) para aprovação do georreferenciamento junto ao INCRA	Alteração no código florestal aprovado	As normas devem ser simples e claras e a autoridade deve limitar-se a zelar pelo cumprimento da lei. A falta de credibilidade e instabilidade do marco legal gera confusão e incerteza sobre os custos e benefícios do investimento florestal, especialmente no longo prazo	85.000
2. Funcionamento da indústria de base florestal	- Diagnóstico das indústrias florestais - Benchmarking relativo a alternativas de produção industrial - Seleção de produtos mais promissores - Desenvolvimento tecnológico de produtos e processos - Estabelecimento de uma rede estadual de pesquisa industrial, focada em processos de industrialização de Teca, Eucalyptus, Seringueira, Pinus e demais espécies potenciais - Atração de empresas âncoras para o setor	Diagnóstico, <i>Benchmarking</i> , estabelecimento de uma rede Estadual de pesquisa industrial e aumento no número de indústrias de base florestal	Introduzir um plano de desenvolvimento florestal para o setor, com intuito de atrair novas indústrias. Reduzir a demora na análise dos processos para obtenção das licenças (LP, LI e LO) e os custos com investimentos necessários para atender às exigências ambientais	87.000 15.000 1.500 2.700
3. Acesso ao crédito e subsídios financeiros	- Elaboração de material de divulgação incluindo projeto padrão (formulários) e os procedimentos necessários para micro, pequenos e médios empreendedores acessarem financiamentos (FCO, PRONAF, PROPFLORA, e outras linhas do BNDES) - Realização de workshops/cursos para divulgação e orientar a obtenção da documentação necessária e na elaboração de projetos padrão (ou formulário)	Material de divulgação e realização de workshops	Eliminar as distorções entre os investimentos agropecuários e florestais ou equiparar a situação entre os setores. Aumentar as linhas de financiamento, reduzir as taxas de juros e agilizar o enquadramento das empresas no programa de redução de ICMS	86.000 75.000
4. Impostos menores	- Elaboração da pauta da madeira conforme as necessidades vigentes - Preparação e envio do texto com as alterações para a legislação - Pauta da madeira revisada e aprovada	Nova pauta da madeira aprovada	Refazer a pauta da madeira com preços compatíveis com os atuais de mercado	44.000
<b>Total (5 anos)</b>				<b>396.200</b>

# MML do Projeto 4 – Melhoramento da governabilidade e fortalecimento institucional do setor

RESUMO NORMATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	HIPÓTESES	ORÇAMENTO
<b>Objetivo</b>	Indicadores IAIF-BR com desempenho melhorado			
Fatores críticos que afetam o clima de negócios para investimentos florestais e o crescimento do setor florestal	- Pagamento de Impostos - Corrupção por agentes públicos	Informe anual do progresso do PROMECIF-MT		
<b>Propósito</b>				
Institucionalidade do setor florestal fortalecida através de ações de apoio e desenvolvimento das instituições públicas e privadas que contribuam para melhorar o clima dos negócios florestais	- Fortalecer a institucionalidade do setor florestal - Melhorar a governabilidade	Informe anual do progresso do PROMECIF-MT	Desempenho adequado dos demais projetos do Plano de Ação	
<b>Componentes</b>				
1. Criar uma autoridade florestal dedicada ao desenvolvimento de negócios florestais (IEF – Instituto Estadual de Florestas)	- <i>Benchmarking</i> com estruturas operacionais similares - Detalhamento da lista de cargos e tarefas, além dos investimentos necessários e do orçamento anual para custeio da operação - Preparação, envio e votação da Lei/Decreto de criação	Plano de implantação da autoridade florestal e informe anual de atividades	Apoio político e dos atores para a adoção dos ajustes legais. Adoção, oficial, do Governo de Mato Grosso às mudanças legais necessárias	135.000
2. Promover, implantar e monitorar o plano de ação do PROMECIF-MT	- Plano de Ação sendo desenvolvido conforme programado - Medidas corretivas para assegurar a execução efetiva do PROMECIF-MT adotadas oportunamente - Contratação da empresa supervisora da implantação do Plano de Ação	Informe trimestral do progresso da implantação do Plano de Ação, contratos formados e atas de reunião do Comitê Coordenador do PROMECIF-MT		62.000
3. Redução da carga tributária	- Elaboração da Lei do ICMS conforme as necessidades citadas - Preparação e envio do texto com as alterações para a Assembléia - Lei do ICMS revisada e aprovada	Nova Lei do ICMS aprovada	Reduzir a alíquota base de ICMS para os produtos florestais	36.000
4. Melhoria na infra-estrutura de transportes	- Aumento na pavimentação das principais rodovias federais e estaduais - Ferronorte passando por Cuiabá e sua continuação pelo Oeste e Norte do Estado - Interligação concluída entre a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrovia Centro-Atlântica	Informe trimestral do progresso da pavimentação e construção das ferrovias		42.000
<b>Total (5 anos)</b>				<b>275.000</b>

# CARTA DE COMPROMISSO

## Processo de Melhoria do Clima de Negócios para Investimentos no Setor Florestal do Estado de Mato Grosso (PROMECIF-MT)

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desenvolveu uma metodologia denominada Processo de Melhoria do Clima de Negócios para Investimentos no Setor Florestal a Nível Subnacional (PROMECIF). Este processo tem o objetivo de apoiar os governos a melhorar os elementos chaves do clima de negócios que promovam investimentos privados diretos em negócios florestais sustentáveis e contribuir assim com seu desenvolvimento socioeconômico.

O PROMECIF foi desenhado baseado em 3 pilares fundamentais:

**Fase I** – Identificação da unidade subnacional e compromisso de mudança: para que o PROMECIF se constitua uma ferramenta útil para aumentar o nível de atração do setor florestal aos investimentos diretos, um elevado grau de comprometimento da unidade subnacional é requerido.

**Fase II** – Diagnóstico e definição da estratégia: o Banco apoiará a unidade subnacional a diagnosticar seus problemas e oportunidades para incrementar a atração de investimentos aos negócios florestais sustentáveis. O objetivo é definir uma estratégia comum que identifique um Plano de Ação que se implementará através da execução de projetos específicos financiados pelo Banco ou outras fontes.

**Fase III** – Execução, monitoramento e avaliação: o plano de ação será implementado através da execução de projetos específicos financiados pelo Banco ou outras fontes. O Banco poderá apoiar a unidade subnacional a monitorar o desempenho da execução da estratégia e adotar as medidas corretivas necessárias para assegurar o sucesso da estratégia. Além disso, o Banco também poderá apoiar a realização de avaliações *ex-post* necessárias para identificar os resultados concretos alcançados e as lições aprendidas que serão usadas no desenho de novos planos de ação resultantes do PROMECIF.

O BID e o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretária de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia, reconhecem a importância de um bom clima de negócios para a realização de investimentos florestais sustentáveis e se comprometem a implantar o PROMECIF no Estado de Mato Grosso.

**Pedro Jamil Nadaf**

Secretário de Estado da Indústria, Comércio, Minas e Energia

**Eirivelthon Santos Lima**

Especialista em Desenvolvimento Rural

Banco Interamericano de Desenvolvimento

[desenvolvimento.sicme@gmail.com](mailto:desenvolvimento.sicme@gmail.com)

Tel.: 3613 0051 e 9983 0178

[www.sicme.mt.gov.br](http://www.sicme.mt.gov.br)

OBRIGADO